

Seminário “Promoção do desempenho ambiental das empresas do sector eléctrico”

ERSE, Lisboa, 20 Maio 2008

## Resumo da intervenção de **João Joanaz de Melo** \*

### *Opinião sobre os PPDA e propostas para futuro*

1. É correcto o princípio de beneficiar as empresas do sector eléctrico no âmbito dos planos de promoção do desempenho ambiental (PPDA), repercutindo o custo destas medidas nos consumidores, por várias ordens de razões: (i) embora possa tratar-se de pequenas medidas, no conjunto representam melhorias significativas no desempenho ambiental do sector eléctrico; (ii) a salvaguarda duradoura do ambiente depende da alteração de mentalidades, que só se verifica com a prática – isto é especialmente verdade num sector tradicionalmente pouco amigo do ambiente como a produção de energia; (iii) é educativo para as empresas que os seus esforços no domínio do ambiente sejam recompensados em termos monetários; (iv) a electricidade é hoje fortemente subsidiada, pelo que um pequeno aumento de preço ao consumidor devido a medidas que beneficiam a sociedade é um passo positivo no sentido da equidade e da transparência do sector.
2. Faz sentido que dêem lugar a benefícios não apenas as medidas ambientais voluntárias, mas também algumas medidas obrigatórias, embora estas apenas na fase de arranque; isso facilita a sua aplicação e eficácia, particularmente no caso de medidas inovadoras. Naturalmente, o benefício tarifário deve ser suspenso uma vez estas medidas tornadas rotineiras, até porque muitas delas representam melhorias de eficiência com ganhos económicos, por exemplo ao nível da gestão da água, energia e resíduos.
3. Para otimizar os efeitos ambientais destas iniciativas, é essencial ir além dos indicadores de execução (que são necessários mas não suficientes) e apostar mais nos indicadores de eficácia e desempenho ambiental. Exemplos podem ser melhorias na qualidade ambiental, redução da poluição ou avaliação da biodiversidade. Indicadores como o número de acções de formação podem revelar o esforço feito, mas não informam sobre a real eficácia em termos de resultados ambientais (sabermos que este tipo de acção foi eficaz quando, por exemplo, o Presidente da EDP reconhecer que as grandes barragens implicam impactes irreversíveis de tal magnitude que é errado classificá-las como fontes de energia renovável).
4. Os sistemas de gestão ambiental (SGA) não devem ser entendidos como um fim em si mesmo, mas como uma ferramenta para melhorar o desempenho ambiental. Entre outros aspectos, destaque-se a importância da aplicação de SGA no envolvimento dos colaboradores, na comunicação externa, no uso de indicadores de desempenho ambiental, e no controlo do desempenho de fornecedores.
5. São muito importantes as parcerias com a sociedade civil. Num domínio tão transversal e importante como a defesa do ambiente, uma abordagem cooperativa é certamente mais eficaz que uma lógica de conflito. Por outro lado, assumir compromissos ambientais não pode ficar nas meias tintas, não pode resumir-se apenas às medidas convenientes esquecendo o que são os principais problemas ambientais de uma empresa ou sector.

---

\* Professor de Engenharia do Ambiente, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa

6. Entre outros exemplos positivos de parcerias, cite-se o caso dos projectos e estágios de fim de curso, promovidos no âmbito do curso de Engenharia do Ambiente da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Lisboa, que nos anos recentes envolveram diversas empresas do sector energético: EDP (produção), CLC, REN (divisões rede eléctrica, gasodutos e armazenagem de GNL), entre outras. Este programa tem tido um sucesso assinalável, tanto para as empresas como para a Universidade e os estudantes envolvidos.

7. Dada a experiência passada e os princípios enunciados acima, as novas regras propostas pela ERSE para os PPDA vão no bom sentido. Algumas orientações positivas a destacar: (i) a concorrência entre empresas em função do mérito dos projectos apresentados; e (ii) a aposta em acções de monitorização. A monitorização é especialmente importante, em dois sentidos: (i) avaliação da eficácia das medidas com vista a decisões futuras sobre a sua continuação no âmbito dos PPDA; e (ii) produção de informação útil para a avaliação futura de projectos (o caso do estudo da colisão de animais voadores com as linhas de alta tensão é um bom exemplo, que deve ser prosseguido e ampliado).

8. Em relação aos critérios de selecção propostos pela ERSE, eles vão genericamente no bom sentido (fundamentação, capacidade de ultrapassar barreiras, parcerias, probabilidade de execução). Apenas um reparo quanto à rapidez dos benefícios esperados: por vezes, as medidas de maior alcance requerem algum tempo de maturação, seja ao nível da implementação seja na observação dos resultados. Como tal, se a medida for claramente positiva para o ambiente, um horizonte longo deve ser considerado um factor positivo. Aqui se revela mais uma vez a importância da monitorização e dos indicadores de eficácia.

9. Entre outros caminhos a prosseguir no âmbito dos PPDA, sugere-se a aposta na micro-geração de electricidade, claramente uma componente essencial de um paradigma da rede eléctrica do futuro. Uma palavra também para a promoção da eficiência energética, essencial em qualquer estratégia energética séria em Portugal, que historicamente tem sido pouco acarinhada pelas empresas do sector.

10. Ao seleccionar projectos e indicadores de desempenho no âmbito dos PPDA, é importante lembrar que o impacto ambiental ou a pegada ecológica não se resumem à emissão de gases de efeito de estufa (GEE). O mediatismo das alterações climáticas (sem dúvida de altíssima importância) tem tido o efeito secundário de provocar o menosprezo de outras dimensões ambientais igualmente essenciais, por exemplo a biodiversidade, o território e os riscos futuros para as pessoas, os ecossistemas e a economia. Isto é muito importante quando falamos do impacto de projectos: a destruição irreversível de espécies, habitats, corredores ecológicos ou paisagem pode ser tão ou mais importante que a emissão de GEE, porque tem carácter irreversível.

11. Em resumo, os PPDA têm sido uma iniciativa meritória, que merece ser prosseguida, com uma atenção especial ao mérito dos projectos, medido preferencialmente em termos da sua eficácia e desempenho ambiental. Para além dos efeitos directos dos PPDA, deve ser reconhecido o seu contributo para a alteração da perspectiva face ao ambiente por parte do sector eléctrico.